

A guerra no papel: o processo de independência cubana nas páginas de *O Estado de S. Paulo* (1895-1898)

Renato Cesar Santejo Saiani

Mestrando em História pela UNESP-Assis, graduado em História pela mesma instituição. Bolsista da FAPESP.

Resumo

A história da independência cubana é a mais longa da América, e uma das mais dramáticas: Cuba chegou tarde à independência, em comparação com os outros países hispano-americanos, e mesmo assim não a conseguiu por completo, já que ficou por um longo período sobre a tutela política dos Estados Unidos. O longo processo de independência de Cuba culminou com mudanças importantes para a América Latina, pois encerrou a presença colonial espanhola no território americano e abriu caminho para uma nova fase da política exterior dos Estados Unidos para o território latino-americano. Este artigo tem como objetivo analisar o conflito de independência cubana, nos anos de 1895 a 1898, sob a ótica da imprensa brasileira, por meio das notícias apresentadas no jornal *O Estado de S. Paulo*, levando-se em conta seu posicionamento político, a distribuição interna das notícias e o momento político no qual se encontrava o território brasileiro.

Palavras-chave: Cuba; *Estado de S. Paulo*; Brasil; Guerra Hispano-Americana

Abstract

The history of Cuban independence is the longest in America and one of the most dramatic: Cuba's independence came late in comparison with other Spanish-American countries, and even then not completely succeeded, as it was for a long period of the tutelage of U.S. policy. The long process of independence of Cuba led to important changes in Latin America because it ended the Spanish colonial presence in american territory and opened the way for a new phase of U.S. foreign policy for the Latin American territory. This article aims to analyze the conflict of Cuban independence, in the years 1895 to 1898, from the perspective of the Brazilian press, through the stories presented in the newspaper *O Estado de S. Paulo*, taking into account his political position, the internal distribution of news and political moment in which she was the Brazilian territory.

Keywords: Cuba, Brazil, *Estado de S. Paulo*, Spanish-American War

A segunda guerra de independência cubana foi, certamente, um dos mais importantes pontos de inflexão nas relações e nas influências que agiam no continente americano em fins do século XIX. Serviu de agente catalisador para importantes mudanças, pois concluiu a desintegração do império colonial espanhol na América e no Pacífico, tornando a crise pela qual a Espanha passava ainda mais aguda. Concomitantemente, configurou-se como o início de uma nova fase da política exterior norte-americana, mais agressiva e projetada de maneira concreta no espaço internacional. Promoveu também a redefinição dos países latino-americanos em relação aos Estados Unidos e à sua antiga metrópole, a Espanha, principalmente pelo embate de correntes ideológicas representadas pelo hispanismo e o pan-americanismo.

Apesar dessa importância destacada, a questão da independência cubana é pouco abordada pela historiografia brasileira, principalmente se levarmos em consideração que na Espanha, Estados Unidos, Cuba – pelo envolvimento direto no conflito e suas consequências – e na Argentina vários estudos foram produzidos no intuito de discutir esse assunto¹. Algumas obras brasileiras abordaram superficialmente a independência cubana, mas visando dois objetivos: em primeiro lugar demonstrar as bases que levaram à revolução de 1959 e a consequente implementação do regime socialista². Em segundo lugar, abordar a geração de intelectuais que surgiu após a perda dos territórios coloniais espanhóis, baseado nas teorias do hispanismo, que buscava um domínio intelectual espanhol sobre a América Latina³.

A guerra exerceu um notável impacto sobre a opinião pública espanhola e latino-americana, incluindo o Brasil, sendo acompanhada com bastante interesse pela imprensa brasileira, não só pela dimensão militar do evento, mas, sobretudo pelo seu significado político. Nesse período os jornais se apresentavam como espaços privilegiados para o debate dos problemas nacionais e para a formação da opinião pública, além de importante fonte para acompanhar as questões externas. Nesse sentido, destaca-se *O Estado de S. Paulo*, um dos principais representantes da imprensa brasileira do final do século XIX e que, baseado em seu posicionamento político, possuía peculiaridades quanto à definição do processo de independência cubana.

O periódico, desde sua fundação, apresentou características singulares se comparados ao quadro da imprensa brasileira do período. Inicialmente, é necessário destacar sua constante trajetória de defensor dos postulados liberais e “auto-definição como órgão de oposição aos governos constituídos”⁴. Sua postura independente permitia

um posicionamento de oposição, mas também uma maleabilidade na apresentação de suas intenções liberais e na aceitação de algumas medidas governamentais que se colocavam em desencontro com as opiniões do jornal, demonstrando coerência com a realidade concreta. Além disso, o molde político considerado ideal pautava-se na consubstanciação do modelo liberal e na prática da democracia.

Essa democracia deveria ser baseada, segundo o periódico, no princípio de soberania popular, ou da vontade geral do povo. Todo e qualquer tipo de tirania causava incômodo ao jornal, pois compreendia que a vida social não poderia sobreviver sem as possibilidades oferecidas pela liberdade⁵. Esses fatores levavam os diretores do jornal a calibrar o seu princípio liberal de autonomia com experiência prática e institucional de outros países, sobretudo no experimento norte-americano.

Assim, possuindo como características ideológicas principais a defesa dos postulados liberais, da democracia e da soberania popular, os valores em *O Estado de S. Paulo* foram constantemente reformulados, visando modelar o comportamento de seu público leitor, além de se adaptar em relação a uma realidade histórica e às necessidades que se apresentavam a cada conjuntura.

Nas relações da História com a imprensa podemos destacar dois campos de estudos: História da Imprensa e História Através da Imprensa⁶. O primeiro, busca reconstruir o processo histórico dos órgãos de imprensa determinando suas principais características e atuações em um determinado período. O segundo, por sua vez, refere-se a trabalhos que utilizam a imprensa como fonte primária para a pesquisa⁷. Porém, devemos notar que no caso de inserir uma pesquisa no campo da História Através da Imprensa, implicitamente devemos considerar os pressupostos de uma análise da História da Imprensa, pois é impossível considerá-la como fonte de estudo sem conhecer sua história, seu posicionamento político, suas vinculações, entre inúmeros outros fatores. Dessa forma, é possível afirmar que a imprensa deve, inevitavelmente, ser tratada como fonte e objeto de estudo, permitindo uma análise mais segura e efetiva das questões que a envolvem.

Por outro lado, devemos lembrar que na imprensa a apresentação de notícias não é mera repetição de ocorrências e registros, nem causa direta dos acontecimentos. As informações são dadas seguindo os critérios e atitudes próprias de cada veículo de informação, como afirmam Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado,

a escolha de um jornal como objetivo de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação, de interesses e de intervenção na vida social, nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político social na qual se insere⁸.

Seguindo essas premissas metodológicas objetivo deste artigo é analisar, por meio da produção jornalística de *O Estado de S. Paulo*, no período compreendido entre os anos de 1895 e 1898, a repercussão da guerra de independência cubana. Procuraremos acompanhar como o periódico se posicionou em relação ao conflito, quais foram os aspectos privilegiados, se houve mudança de posicionamento, a veiculação de manifestações públicas, entre outros fatores. Para tanto, serão elencados os componentes ideológicos em torno do jornal, de modo a obter o maior número possível de referências que possibilitem a melhor compreensão das ideias do periódico expressa em relação ao conflito.

A guerra de independência cubana na perspectiva de *O Estado de S. Paulo*

As notícias sobre a Guerra Hispano-Americana surgiram nas páginas de *O Estado de S. Paulo*, em um momento de defesa dos ideais americanistas e de um furor republicano, em que tais setores buscavam apagar o seu passado monarquista e colocar o Brasil como pertencente ao continente americano. Nessa conjuntura o movimento pela independência de Cuba ganhou espaço privilegiado no periódico brasileiro. As notas e matérias surgiram imediatamente após o início do conflito e aumentaram, gradativamente, com o acirramento dos combates e das disputas diplomáticas.

Entre os anos de 1895 e 1897 a guerra de independência de Cuba pode ser analisada em três planos simultâneos, que conectados entre si formam um só conjunto de relações. Na ação militar, trava-se o combate entre o exército independentista e as tropas espanholas. Simultaneamente, nos Estados Unidos, no exílio, trava-se uma batalha não declarada pelo comando do PRC (Partido Revolucionário Cubano), o que por sua vez significava poder decisório sobre a orientação política da guerra e definiria quem seriam, em última instância, os interlocutores com a Espanha e o governo norte-americano. Finalmente, outro ponto, é a batalha diplomática entre a Espanha e os Estados Unidos, como um terceiro envolvido, com seus interesses específicos sobre Cuba⁹.

Baseado nessa estrutura *O Estado de S. Paulo* apresentou peculiaridades em sua postura e na sua definição em relação a cada país participante do conflito. A primeira manifestação própria do jornal ocorreu no dia 22 de julho de 1895, por meio de um editorial que debatia opiniões importantes para o projeto ideológico brasileiro de se colocar na América, argumentos fundamentados na defesa dos direitos cubanos:

Por mais respeito que nos prendam a Espanha, pelas suas gloriosas tradições cavaleirescas, por mais respeito que inspire o governo daquele país, simbolizado por uma criança e exercido por uma senhora que se tem imposto à

estimativa universal pelas suas raras qualidades, por mais difícil que seja conciliar com tal idéia de opressão e tirania, nós americanos, não podemos deixar de ver com irresistível simpatia os revolucionários cubanos.

Há uns pedaços da América que ainda não são americanos. Habita-os gente que, através dos cruzamentos tem nas veias o sangue das tribos primeiras que ali nasceram e viveriam livres e independentes.

A sua história é muito mais curta, muito mais ingênua, muito mais simples e a página negra dessa história é o domínio estrangeiro, é o branco europeu que lhe ofereceu a cultura, por processos que indigna. A sua aspiração consiste em volver os olhos ao redor, por este vasto continente novo, que foi libertando-se aos poucos dos que invadiram, o exploraram, o civilizaram, é certo, mas tomaram conta dele em seu proveito, e verificar que só restam uns pedaços que ainda estão presos aos conquistadores, como se sobre ele pesasse uma incapacidade de autonomia, contra a qual eles protestam.

Não é mais do que isto. Não chega a ser ódio, é o desejo que tem esse canto da América de ser também americano. Todo o Pacífico e o Rio da Prata foram espanhóis, e é na língua de Cervantes que se exprimem as nações cultas que hoje aí prosperam, a tradição espanhola é hoje reivindicada por eles como o ponto de partida de sua própria história, pois que não são mais que filhos da grande família que se dispersaram pelo mundo, mas conservaram sempre viva a saudades do lar

Não assim onde a Espanha ainda domina. Ali não se olha para lá como um pai, mas como para um senhor, e esta idéia não pode deixar de se repugnar a um povo americano¹⁰.

A matéria acima é exemplo do posicionamento crítico a respeito da guerra hispano-cubana presente em *O Estado de S. Paulo*, jornal que se dedicou a defender o ideal separatista do povo cubano e a criticar a postura antiquada da Espanha. A metrópole colonial se apoiava em sua história, repleta de tradições, e em uma cultura que ultrapassava os limites territoriais, para afirmar o seu domínio sobre as possessões que restavam do seu decadente império colonial. Essa fragilidade é apreendida por *O Estado de S. Paulo* que baseia sua defesa dos ideais separatistas cubanos na impossibilidade da permanência espanhola como metrópole da ilha. Julga que as “gloriosas tradições cavaleirescas” não são suficientes para sustentar sua dominação em relação a povos que anseiam por constituir uma história própria, voltada para o continente ao qual pertencem e, sobretudo, longe das amarras de uma metrópole que visava exclusivamente à exploração indefinida de suas riquezas. Além disso, há uma postura anti-colonialista nas linhas do jornal, criticando a aculturação sofrida pelos povos dominados pela Espanha e a forma como essa ação foi efetuada.

Além da crítica à incapacidade espanhola, é possível notar uma clara tendência americanista no discurso do periódico. O americanismo era uma disposição constante no recém implantado regime republicano, que se colocava em oposição ao europeísmo representado pelo regime monárquico. Desse modo, o jornal, originalmente republicano, adotou esse condicionamento da política brasileira, utilizando essa postura para defender o direito que os cubanos tinham de ser independentes e de integrarem efetivamente o continente, ou seja, de serem também americanos.

O Estado de S. Paulo manteve esse americanismo ao longo do período analisado e conclamava a que os governos do continente americano, mesmo que presos por suas relações externas demonstrassem sua simpatia à causa cubana. Essa atuação direta, cobrada pelo jornal, pôde ser encontrada na política externa norte-americana. Mesmo resistindo a uma intervenção armada, o governo do presidente Grover Cleveland utilizou seu potencial diplomático para pressionar o governo espanhol a solucionar rapidamente o conflito. Essa ação foi relatada pelo periódico por meio de um artigo nos seguintes termos:

A atitude firme e enérgica que o ilustre presidente dos Estados Unidos acaba de assumir, pondo em vigor a célebre Doutrina de Monroe em favor de uma fraquíssima nação da América não pode deixar de ser entusiasticamente aplaudida por todos os filhos deste continente.

Nós aplaudimos sem reservas, e mais uma vez nos felicitamos por se ter operado em nossa pátria salutar transformação política, em virtude da qual já o nosso governo pôde manifestar sem embaraços, a simpatia de todo o povo brasileiro pela nobre iniciativa da grande república do norte.

Não nos iludimos. Os Estados Unidos, defendendo os interesses dos países fracos deste continente, defendem também os seus próprios interesses.

Isso, porém, não prejudica de maneira alguma a grandeza de sua oportuna intervenção, nem pode determinar prevenções no modo por que a devemos acolher.

Seja qual for o fim da atual política norte-americana, ele nunca nos poderá ser tão antipático e tão hostil como a ganância desenfreada que caracteriza, neste triste fim de século, a ameaçadora política externa da velha Europa¹¹.

O jornal apresenta um apoio contundente à atuação diplomática dos Estados Unidos em relação ao conflito de Cuba. Observa-se, novamente, uma ação semelhante à apresentada pelo governo, pois nesse período há uma considerável aproximação entre os dois países. Além disso, o país do norte era considerado pelo grupo diretor do periódico como um modelo republicano a ser seguido, principalmente pela solidez de suas instituições e do seu sistema educacional. Os negócios norte-americanos no território cubano pareciam não incomodar o julgamento do jornal, pois considerava que os Estados Unidos, ao defender seus interesses, lutariam conseqüentemente, pela independência cubana.

Já em fins de 1895 o periódico reproduziu uma nota telegráfica, proveniente de Madri, relatando as intenções do governo brasileiro em reconhecer a beligerância dos revolucionários cubanos¹². Realmente o movimento rebelde foi recebido com certa simpatia, levando a câmara dos deputados a cogitar essa possibilidade, mas tal ímpeto foi refreado pelo Executivo¹³. Além disso, *O Estado de S. Paulo* noticiou algumas manifestações públicas favoráveis aos insurretos. Inicialmente, no dia 05 de novembro, a seção *Os Nossos Telegrammas* difundiu uma correspondência enviada por Antonio Maceo – general do exército cubano – a um amigo no Rio de Janeiro:

[...] demos publicidade à seguinte carta que o general Antonio Maceo dirigiu a um seu amigo do Rio de Janeiro.

Quartel general, em Caney, 28 de setembro de 1895.

Meu bom e estimado amigo.

Mil agradecimentos por vossos generosos oferecimentos. Não precisamos de homens, nem de dinheiro, precisamos de simpatia e muita. Vou aproveitar-me de vossa boa vontade, sem hesitação, quando houver disto necessidade de fazê-lo.

Estou contentíssimo em saber que em todas as partes há perfeita harmonia de pensamento e unidade de ação¹⁴.

Outra forma de manifestação pública era a convocação de reuniões, entre os partidários da revolução, para discutir e apoiar a causa cubana:

Como anunciamos em o nosso número de ontem entre o primeiro e o segundo ato do espetáculo do teatro S. José, apresentou-se, num camarote de primeira ordem o Dr. Azevedo Cruz, membro do comitê organizado em favor da revolução de Cuba, e pronunciou um notabilíssimo discurso em que vibrou toda a sua bela alma de artista e de patriota

Disse que não podia unir-se inteiramente ao júbilo do povo brasileiro na data gloriosa em que nossa nacionalidade entrou definitivamente no seu período histórico, sem lembrar que há ainda um povo americano, dominado pela opressão européia, que reclama com as armas na mão o direito de ser uma nação livre e emancipada.

Aludia a Cuba; e como republicano na mesma hora em que uma tentativa estulta, pretende, por meio de uma reação contrária a toda a tendência evolutiva da história, fazer retroceder o Brasil ao ponto em que estava sobre o Império de um velho sem energia e de uma senhora suggestionada por um príncipe estrangeiro ganancioso e egoísta; convidava o povo paulista a não se esquecer, no meio das alegrias do sexto aniversário da republica, que há outro povo americano que luta contra o domínio estrangeiro em nome da liberdade da democracia, em favor de Cuba, pois, invocou o apoio do povo paulista¹⁵.

Nota-se uma relevante manifestação pública em prol do movimento independentista cubano. As reuniões desses setores demonstram uma opinião pública nos moldes apresentados por Roger Chartier, ou seja, uma opinião ilustrada baseada em uma expressão intelectual e crítica, fundamentada nas ideias que eram difundidas e construídas pelos escritos e impressos¹⁶. Essa concepção veiculada na imprensa periódica evidencia a movimentação de alguns setores brasileiros em relação ao conflito em Cuba, o que demonstrava uma opinião dinâmica que reagia e se posicionava diante de um acontecimento.

No ano de 1896 o jornal seguiu com sua imutável simpatia em relação aos ideais cubanos demonstrando a sua “ansiedade em conhecer o desfecho iminente desta revolta tão simpática a todos que amam a dedicação suprema aos ideais de liberdade”¹⁷. Em consequência, os insucessos em controlar o movimento rebelde e as constantes discussões no Congresso norte-americano para o reconhecimento da condição de beligerantes aos cubanos, agravavam as pressões em relação à política espanhola. O periódico paulista mantinha sua postura crítica em relação à atuação do governo espanhol, ainda que envolta

em elogios às tradições desse país, o jornal demonstra uma postura contrária à dominação espanhola, principalmente por sua defesa liberal da autodeterminação dos povos, em consonância com os objetivos dos rebeldes cubanos:

A Espanha acaba de provar que seu sangue é sempre rico das mais nobres energias e a sua raça dispõe de extraordinários elementos de valor e de resistência.

Que ela saia vencedora ou vencida da guerra contra os cubanos, o prestígio do pavilhão espanhol não terá sido maculado por um ato sequer de fraqueza e o nome do grande povo meridional ficará consagrado nos anos de bravura contemporânea.

Porém, é patriótico arrastar um país já enfraquecido por vinte anos de lutas intestinais, um país que deu prova de nenhuma aptidão à conservação de suas antigas colônias, ao soçobro de todas as suas forças vivas, à ruína das suas finanças, ao holocausto da sua mocidade numa empresa em que estão contra a Espanha o direito sagrado de um povo e o princípio de sua legítima emancipação.¹⁸

Em 1897 os Estados Unidos passaram por uma troca de presidentes. O candidato republicano, William McKinley, assumiu o poder Executivo e causou temores e expectativas em vários países. A Espanha passou a temer categoricamente a política do novo presidente, pois a neutralidade assumida por Grover Cleveland estava sendo substituída por uma campanha que defendeu uma ação mais enérgica para a situação de Cuba. *O Estado de S. Paulo* aguardava ansioso por uma postura mais agressiva de McKinley que poderia determinar a liberdade da ilha do jugo espanhol.

A intervenção norte-americana e o início de uma nova colonização

A Espanha, na tentativa de abafar o movimento rebelde e satisfazer a diplomacia norte-americana, adotou uma série de medidas autonomista na ilha, em fins de 1897¹⁹. O governo autônomo era bem visto pelo presidente *yankee*, mas não foi bem recebido pelos cubanos em armas, tampouco pelos espanhóis do setor radical, além da opinião pública norte-americana que, influenciada pela imprensa sensacionalista e pelos setores políticos radicais, clamavam por uma intervenção.

Tal insatisfação criava uma esfera de tensão na ilha. A solução autonomista agravou ainda mais as desavenças no seio da população cubana. Autonomistas, espanhóis radicais e adeptos da revolução, além dos representantes norte-americanos encontravam-se em um constante estado de conflito. Envoltos por esse ambiente o cônsul americano em Cuba, Fitzhugh Lee, considerava necessário que o governo enviasse navios para proteger os interesses dos cidadãos norte-americanos radicados na ilha. Após receber diversos cabogramas narrando as excitações e incertezas que predominavam por toda a parte, o presidente McKinley decidiu deslocar o navio de guerra *Maine* de Key West para o porto de

Havana. O navio chegou em 25 de janeiro causando uma profusão de notas e especulações na imprensa mundial.

O *Estado de S. Paulo* considerou que a chegada do *Maine* era negativa para a revolução, pois ao permitir que um navio americano chegasse à costa, os espanhóis estavam fortalecendo seus laços de amizade com os Estados Unidos. Além disso, os espanhóis enviariam como prova de boas relações diplomáticas, navios aos portos americanos, o que, segundo o periódico, se colocava em oposição aos ideais do movimento independentista:

O governo espanhol aos gritos de guerra que atrom a cidade de Madrid, responde logicamente como quem tem a responsabilidade da prosperidade e da felicidade do país ordenando a partida de navios de guerra em visita aos portos norte-americanos, em visita de cortesia, para demonstrar que está em boas relações com a República dos Estados Unidos.

Basta refletir um momento sobre o desânimo que os partidários de Cuba terão nos Estados Unidos quando virem ali cordialmente acolhida a marinha espanhola.

A causa de Cuba está positivamente perdida²⁰.

Apesar de fazer uma conclusão apressada o periódico tinha razão ao considerar os prejuízos que essa nova forma de relação traria para o movimento rebelde. A troca de cordialidades entre os governos, acentuada com as reformas autonomistas, diminuía as possibilidades de um auxílio norte-americano ou do reconhecimento da beligerância. Ademais, nesse período, o jornal paulista iniciou uma crítica à perda de identidade do movimento independentista, duvidando de suas reais motivações e apontando a perda de fidelidade à causa, principalmente após a morte de alguns dos principais líderes revolucionários. A folha considerava que a revolução não buscava mais a felicidade do povo cubano, mas sim saciar desejos pessoais de alguns revolucionários:

Ora, compreende-se que Maximo Gomez, apesar do seu evidente valor militar, demonstra grande desinteresse pela vitória da causa de Cuba, não pode dominar os cubanos autonomistas, que se sentem espanhóis pela tradição e pela raça e que nele unicamente reconhecem um guerrilheiro destemido [...]

Maceo era a representação imaculada do separatismo; Gomez é o obcecado por vingança, o inimigo feroz da Hespanha que responsabiliza pela triste sorte de seu filho. Não traduz uma aspiração nobre: vinga-se e só é mais simpático do que Calixto Garcia pelo fato deste ser o chefe do sindicato da alta do açúcar, negociante tão especulador como valente general.

Hoje, a revolução declina. Nem a recordação de Martí, nem a nobre figura desse heróico e sincero cabo de guerra que foi Maceo, guiam os separatistas. Eles lutam para saciar uma vingança de Maximo Gomez e para aumentar os lucros de “Garcia & Co. Limited”, de Nova York.

Pobre Cuba! Pobres soldados mortos nessa luta tremenda, em que os sinceros verteram o seu sangue para que os especuladores se locupletassem²¹.

Em fins de dezembro de 1897, Dupuy de Lôme, representante espanhol em Washington, havia escrito uma carta pessoal ao editor do periódico espanhol *El Heraldo*. Na

correspondência, o diplomata espanhol tecia duras críticas ao presidente McKinley e ao seu governo, ao qual considerava “fraco e posando para a administração da multidão, além de ser um político alcoviteiro que tenta deixar a porta aberta atrás de si, enquanto fica em bons termos com os chauvinistas de seu partido²²”. Essa carta chegou às mãos da imprensa norte-americana e foi publicada pelos jornais, causando revolta nos setores políticos e na imprensa, estremecendo as relações entre os Estados Unidos e a Espanha. O assunto foi repercutido pelo periódico que reproduziu a carta na íntegra, além de diversas notas telegráficas sobre o assunto, demonstrando um forte pessimismo em relação aos acontecimentos, que definiam os contornos de um confronto militar que parecia atingir a inevitabilidade.

Poucos dias após o incidente da carta de Dupuy de Lôme aconteceu, o que passou a ser considerada como a principal causa da Guerra Hispano-Americana, a explosão do couraçado *Maine*. Em 15 de fevereiro de 1898, o navio descansava pacificamente ancorado quando, de súbito, uma explosão o afundou quase que instantaneamente, matando 258 marinheiros norte-americanos²³.

Além de ser uma tragédia humana, a destruição do navio provou seu um desastre diplomático da maior magnitude. Passados os primeiros momentos de cooperação entre os espanhóis e norte-americanos, em decorrência do salvamento dos tripulantes, iniciou-se uma crise diplomática entre os dois países. O governo espanhol passou a ser categoricamente responsabilizado pela explosão. A imprensa norte-americana manifestava-se violentamente contra os espanhóis, incitando a opinião pública a atacar os agressores e a pressionar o governo dos Estados Unidos por respostas concretas. *O Estado de S. Paulo* demorou alguns dias para se manifestar, mas nesse momento não se colocou favorável aos Estados Unidos e à inflamada opinião pública desse país. O periódico se mostrou cauteloso e reticente em acreditar que a Espanha tivesse atacado o couraçado norte-americano, pois tal ação opunha-se aos desejos espanhóis de não agravar a situação diplomática com os Estados Unidos, além de considerar que as acusações estadunidenses não possuíam base comprobatória:

O desastre do *Maine* não pode logicamente ser atribuído ao governo espanhol. O absurdo de tal hipótese deriva das próprias conveniências da Espanha, que não pode desejar aumentar as dificuldades atuais e que, no caso espantoso de querer a guerra, era natural que a declarasse e não fingisse pesar pelo desastre nem enviasse um novo plenipotenciário para Washington.

Afirmar que os espanhóis foram os autores do estúpido crime não tem, por enquanto, base alguma. [...]

De ambas as partes a questão inicial foi esquecida. Cuba, que foi o ponto de partida, passa a um plano secundário; o problema da sua independência não é estabelecido pelos norte-americanos, nem a obra da pacificação, começada com o decreto de autonomia, é objeto das atenções dos espanhóis.

O conflito hispano-americano está apenas desenhado, ainda não é uma realidade. Mas, nas condições atuais é lícito duvidar de que, dado o conflito, Cuba se torne independente. A vitória dos Estados Unidos representaria a sua anexação à grande República e da Espanha seria a paz efêmera, por que, mesmo nessa hipótese pouco provável, os norte-americanos preparariam, em curto prazo, uma nova revolução.

É a ilha de Cuba que está sendo prejudicada, afinal de contas, por que para ela a felicidade só pode consistir na paz, autônoma como querem os espanhóis, ou independente, como querem os revolucionários²⁴.

No dia 25 de março o jornal manteve sua postura de não aceitar que a destruição do navio tenha sido operada pelos espanhóis. Nessa conjuntura, há uma defesa mais clara das qualidades e da força histórica espanhola, que já era admirada nos anos anteriores, e uma crítica a alguns setores do governo e da opinião pública norte-americana que buscam um pretexto para o conflito com a Espanha e uma futura anexação do território cubano:

O procedimento da Espanha, durante a guerra, tem um relevo de amor próprio tamanho, que só por lamentável preciosismo se lhe atribuirá à responsabilidade de um crime tão odioso e infame como seria o de ter feito saltar o *Maine*.

É inadmissível que a Espanha descesse a esse ponto. Isso equivaleria a desfazer num momento todo o trabalho de anos de dificuldades suportadas com heróica fé; seria apagar a refulgente resistência, em que o povo espanhol demonstrou uma formidável coesão e uma solidariedade de sentimentos que só possui uma nação que tem a compreensão do seu destino e conta com energias para cumprir a sua missão histórica.

Estamos convencidos de que a explosão do *Maine* será explicada por qualquer causa diferente dessa fantasia que dominou uma parte considerável do povo dos Estados Unidos.

E se o ódio à Espanha tiver cegado os norte-americanos a ponto de a julgarem pela explosão, será forçoso reconhecer que os protestos de neutralidade e as intenções pacíficas até agora manifestadas encobriam o propósito de forjar um *casus belli* e o desejo de estabelecer a necessidade de intervir em Cuba.

Se assim for, o caso do *Maine* é um pretexto para a intervenção e os Estados Unidos encontram nessa triste catástrofe o que procuram há muito tempo alguns dos seus mais ardentes parlamentares. É uma oportunidade para anexar Cuba pela conquista.

Não sabemos se o governo de Washington se prestará a esta aventura, que, já hoje, uma grande parte da opinião pública americana reclama, não com fim de ajudar os cubanos a adquirirem a sua independência, mas com o objetivo único de tirar à Espanha a grande Antilha.

A sorte de Cuba, devastada e arruinada pelas revoluções, é sair de um para outro jugo.

Talvez que politicamente os Estados Unidos lhe dêem a independência; mas, economicamente, a colônia espanhola, nessa hipótese ainda duvidosa, apenas passaria à colônia norte-americana²⁵.

Nota-se, nas manifestações do periódico, uma análise interessante sobre a situação deflagrada pela explosão do *Maine*. A folha lembrava que o ponto principal nas discussões, que era Cuba, foi abandonado pelos dois países, preocupados apenas em defender seus interesses. Mantém-se a crítica aos Estados Unidos, principalmente em relação as suas verdadeiras intenções no caso cubano. É deplorável a atuação norte-americana no caso do

incidente com seu navio e mais ainda a utilização de tal fato para justificar uma intervenção há muito planejada, mas que ficava limitada à falta de um motivo que justificasse, internacionalmente, uma interferência armada para proteger os interesses existentes em Cuba. A mudança de postura do periódico é destacada, sobretudo, quando a folha passa a defender, no caso específico do incidente com o *Maine*, a metrópole espanhola, firmemente criticada ao longo dos anos anteriores. Os interesses estadunidenses não eram mais aceitos como justificativa para uma ação direta, demonstrando a coerência do jornal e a capacidade de adaptar suas opiniões de acordo com seus ideais próprios.

Declarando que as condições em Cuba constituíam uma ameaça constante à paz, em 11 de abril McKinley enviou sua mensagem de guerra ao Congresso, insistindo em nome da humanidade, da civilização e em prol dos interesses norte-americanos ameaçados, o direito e o dever de agir. Pediu ao Congresso que lhe desse o poder de usar a força militar para assegurar o término das hostilidades. O assunto foi debatido e chegou-se a uma complexa resolução conjunta que autorizava o Presidente a desalojar os espanhóis²⁶. Em 21 de abril, o dia seguinte após a assinatura pelo Presidente McKinley da resolução conjunta, os espanhóis informaram o Ministro dos EUA Woodford que consideravam a assinatura de McKinley uma declaração de guerra. Em 25 de abril os países romperam relações e a guerra foi declarada formalmente pelo governo estadunidense.

O *Estado de S. Paulo* colocou-se em oposição às resoluções de guerra que estavam sendo tomadas. Apoiou a posição espanhola de não aceitar a intimação norte-americana, pois considerava inadmissível que os Estados Unidos interviessem em Cuba por motivos que não visavam dar a independência à Antilha, mas sim saciar interesses econômicos e uma opinião pública exaltada e impregnada de intenções expansionistas:

Está, portanto, evidente que a guerra tinha de se travar. Não era lícito à Espanha fugir a uma situação criada pela sua política tradicional. Para essa nação já empobrecida, mas cujo orgulho se não sente abatido, é de admirar a calma com que o governo tem podido atravessar este período agudo da questão cubana. [...] O congresso americano, cedendo embora à agitação popular, foi mal inspirado. Pondo de parte as aspirações do povo de Cuba contestaram tão somente a soberania espanhola.

Cuba não será espanhola; mas Cuba não será tampouco independente. Isto foi o que a Espanha viu; e isto é o que ela não pode nem deve aceitar. [...]

A sorte da revolução cubana fica dependendo da guerra hispano-americana.

A vitória dos Estados Unidos representa a perda de Cuba para a Espanha e muito provavelmente a sua anexação àquele país.

A situação da Espanha é gravíssima porque, na hipótese da derrota, não seria a perda de Cuba o seu maior prejuízo. Ela ficaria arruinada, reduzida, sob a indenização brutal de guerra, a falir e entregar-se ao vencedor. Luta, pois, não pela ilha de Cuba, mas pela própria vida.

A vitória da Espanha, menos provável e talvez mais desejada do que a dos Estados Unidos, seria a ressurreição desse povo heróico. Se tal fato se desse a Espanha readquiriria a posição que há dois séculos tem ido perdendo até chegar

à que hoje tem e que se caracteriza pela indiferença em que as grandes potências assistem ao conflito atual²⁷.

A crítica do jornal paulistano novamente estava baseada na impossibilidade do povo cubano conseguir sua independência. O resultado imediato da guerra seria a manutenção de Cuba sob o jugo espanhol ou a transição para um domínio norte-americano. Há também uma perceptível demonstração de que a vitória espanhola ultrapassava a questão cubana e determinaria a sobrevivência e a ressurreição de um povo repleto de tradições, situação que parecia simpática ao jornal. A mudança de postura de *O Estado de S. Paulo* é significativa, pois se aproxima do desejo de uma vitória espanhola sobre os “interesses pouco louváveis dos Estados Unidos”. A solidariedade americanista fica restrita ao povo cubano que lutava bravamente por seus ideais.

A Espanha estava exausta, sem recursos financeiros, dividida entre duas guerras separatistas²⁸ e sem energias para prolongar um combate com os Estados Unidos. Mas, “a honra e as tradições espanholas” não permitiam que o país abandonasse suas colônias. Consequentemente foi derrotada de forma arrasadora, por terra e mar. “A esplêndida guerrinha”, denominação criada pelo Secretário de Estado John Hay, encerrou-se no dia 12 de agosto de 1898, distante apenas três meses de seu início.

Com a derrota espanhola foi assinado um armistício em Washington, em 12 de agosto, no qual era exigido que a Espanha abrisse mão de sua soberania sobre Cuba, cedesse Porto Rico e Guam aos Estados Unidos e permitissem a ocupação de Manilha até a negociação de um tratado de paz, que determinaria o controle do território. Foi instituída uma conferência de paz, localizada em Paris e sob a mediação do diplomata francês Jules Cambon. Em meados de dezembro o tratado foi ratificado e todas as exigências norte-americanas foram atendidas, além de ser firmada a evacuação do exército espanhol do território cubano e o pagamento de \$20 milhões pela transferência das Filipinas. Excluídos de todas as negociações Cuba tinha agora uma condição incerta e ficaria por certo período sob a tutela dos Estados Unidos.

O periódico se manifestou de maneira crítica à fraca defesa dos espanhóis, que entraram em uma guerra que não tinham a possibilidade de vencer. Já que a Espanha fora incapaz de defender seus territórios cabia a ela fazer o pedido de paz e aceitar todas as condições impostas pelos norte-americanos. Fica claro para o jornal que se a Espanha não tivesse entrado no conflito teria lucrado enormemente. Em primeiro lugar, conservaria seus domínios coloniais, exceto Cuba, e a manutenção do comércio que mantinha com eles. Em segundo lugar, não teria que arcar com os encargos da dívida de guerra que foram definidos

na Conferência de Paris. E, por fim, se a Espanha tivesse cedido à independência de Cuba, como deveria fazer uma nação sem condições de resistência eficaz, não teria aumentado sua crise política e sua dívida interna de maneira tão brutal²⁹.

Em relação aos Estados Unidos, José Martí, principal líder intelectual dos revolucionários cubanos e morto no início da guerra de independência, já atentava, em 1889, em decorrência da Primeira Conferência Americana, em Washington, para os ideais intervencionistas norte-americanos e alertava os países independentes da América Latina. Segundo Martí,

jamais houve na América, da independência para cá, assunto que requeira mais sensatez, que obrigue a maior vigilância, que peça exame mais claro e minucioso que o convite que os Estados Unidos, poderosos, repletos de produtos invendáveis e determinados a estender seus domínios pela América, fazem às nações americanas de menos poder, ligadas pelo comércio livre e útil com os povos europeus, para coordenar uma liga contra a Europa e fechar negócios com o resto do mundo. Da tirania da Espanha soube salvar-se a América espanhola; e agora, depois de ver com criterioso olhar os antecedentes, causas e fatores do convite, urge dizer, porque é a verdade, que chegou para a América espanhola a hora de declarar a sua segunda independência³⁰

O *Estado de S. Paulo* também assumiu uma posição crítica em relação aos norte-americanos, principalmente, em relação à forma e aos motivos da intervenção armada efetuadas no território cubano. A mudança política dos norte-americanos foi o grande assunto das notícias publicadas pelo periódico. Inicialmente, a criação do Ministério das Colônias repercutiu de forma negativa no jornal, causando duras críticas às reais intenções dos norte-americanos em relação ao território cubano, corroborando os temores de José Martí:

Um telegramma ontem publicado diz que o presidente McKinley resolveu criar mais um ministério, o das colônias.

A mudança de política que este ato representa, é a confirmação do juízo que em quase todos os países se formou da intervenção norte-americana na questão de Cuba. [...]

A intervenção, tal qual se realizou indicava logicamente esta nova orientação. Os Estados Unidos intervieram em Cuba, porque nessa colônia espanhola, as portas daquela República, havia altos interesses americanos prejudicados pela guerra civil, e porque a Espanha, sem poder dominar o movimento separatista, deixava a ilha de Cuba arruinar-se rapidamente.

O governo de Washington não reconheceu nunca a qualidade de beligerantes aos cubanos. Intimando a Espanha a abandonar a ilha, fez a pretexto de humanidade, para livrar os cubanos das atrocidades atribuídas aos espanhóis, sem, todavia lhes oferecer a independência. E não era de se esperar que, depois de formais recusas de reconhecimento de beligerância, os Estados Unidos intervissem para fazer de Cuba uma nação independente.

Desde que o exército americano desembarcou naquela ilha, ficou patente que os Estados Unidos trabalhavam somente pelos seus próprios interesses. De há muito que surgira para os norte-americanos o problema da colocação da subprodução industrial. Sem novos mercados a prodigiosa e colossal indústria da América do Norte está sem remédio [...] Esses mercados abrem-se em Cuba, em Porto Rico e nas Filipinas e talvez, em breve, se abram em outros portos. [...]

Hoje, com a criação do ministério das colônias, fica-se sabendo que em Washington desapareceram os escrúpulos constitucionais que têm impedido que aquela grande nação acompanhe as potências européias na expansão por meio de colônias.

Abre-se, assim, na história norte-americana uma nova era.³¹

O desenvolvimento interno, que impulsionou o governo norte-americano a buscar novos mercados consumidores, continuou a ser criticado pelo jornal no dia 4 de dezembro:

Os Estados Unidos entraram, na expansão colonial obedecendo às mesmas idéias que inspiraram até hoje as nações européias.

O problema comercial impõe a adoção desse recurso como o expediente mais rápido para a sua solução. Enquanto não se acumulam os motivos da crise do trabalho, antes de existirem as causas da miséria do proletariado, a grande nação da América encontra nas colônias que acaba de adquirir o corretivo à lenta elaboração desse estado de coisas. E é preciso atender a esta circunstância de alto valor para compreender que os norte-americanos sem o menor escrúpulo, esquecessem a sua tradicional política e se lançassem à conquista e à violência. [...]

A anexação hoje não oferece dúvida nos que têm olhos. É uma realidade, está feita, há de ser regulamentada pelas leis indispensáveis e formará um império colonial de grande futuro³².

Assim, a opinião pública, as conveniências de comércio internacional e a importância excepcional da produção e os interesses afins colocaram os Estados Unidos definitivamente no caminho das grandes potências. O exército e a esquadra foram expandidos e as fronteiras internacionais cresceram imensamente. Com isso, pode concluir-se que os norte-americanos buscavam se manter como a grande potência industrial que eram e, além disso, tornar-se uma potência mundial com força suficiente para interferir na política internacional. Nesse momento encerra-se o ciclo do Império espanhol e inicia-se o imperialismo norte-americano.

Considerações finais

No decorrer deste artigo discutimos as características da repercussão e das representações, feitas por *O Estado de S. Paulo*, do conflito ocorrido em Cuba entre os anos de 1895 e 1898. Tal conflito colocou em oposição os separatistas cubanos e o exército espanhol, contando, posteriormente, com a intervenção armada dos Estados Unidos. Desencadeou, de maneira singular, uma série de debates na imprensa, acerca dos ideais de independência dos cubanos e, destacadamente, das características e implicações da política externa norte-americana com relação à ilha e do papel ocupado pelos Estados Unidos na direção dos rumos das relações interamericanas.

O Estado de S. Paulo se manifestou de forma incisiva na discussão das intenções do movimento separatista cubano. O caráter americanista permeou a argumentação do jornal brasileiro, que considerava inaceitável a existência de um território que ainda se mantinha

preso aos limites coloniais. Além dessa defesa continental o periódico, possuidor de um ideal liberal, defendia, incondicionalmente, o direito de Cuba ser independente e responsável por seu desenvolvimento interno, distante da exploração de uma metrópole que se sustentava, unicamente, por sua história e tradição. O desenvolvimento do conflito acentuou a postura assumida pela folha paulista, que passou a convocar os demais países do continente a apoiarem a causa cubana, apoio encontrado na política norte-americana.

Nesse sentido, *O Estado de S. Paulo* afinou seu discurso com a ação diplomática dos Estados Unidos que, na busca por preservar seus interesses econômicos na ilha, criticava constantemente a perda de vidas e defendia a independência do território cubano. No entanto, a falta de uma intervenção definitiva, por parte dos *yankees*, e a descaracterização de qualquer atitude que buscasse o bem-estar de Cuba, levaram o periódico a mudar completamente sua postura em relação aos Estados Unidos. O que anteriormente se caracterizava por um apoio incondicional, transformou-se em uma oposição declarada. Tal situação foi agravada pela intervenção estadunidense sem o reconhecimento da beligerância dos cubanos, definida pelo jornal como uma ação que buscava unicamente garantir os interesses comerciais do crescente setor industrial norte-americano, além da fraqueza da administração McKinley frente à pressão de uma opinião pública exaltada, de uma imprensa sensacionalista e dos setores políticos radicais.

O estudo da repercussão do movimento de independência cubana no jornal brasileiro permitiu uma aproximação com um episódio pouco explorado da história de Cuba, com as características próprias dos órgãos de imprensa e, principalmente, com o debate político, social e cultural presentes na guerra e nas relações internacionais que a cercavam. Todas as opiniões emitidas pelo periódico nos permitiram compreender, de uma maneira mais ampla, as implicações de um conflito envolvendo os Estados Unidos e a Espanha, além da independência frustrada do território cubano.

¹ Dentre as várias obras podemos citar: ELORZA, Antonio e HERNÁNDEZ, Elena. *La Guerra de Cuba (1895-1898)*; FRAGINALS, Manoel Moreno. *Cuba-Espanha-Cuba: uma história comum.*; MENDOZA, Celina A. Lértora (organizadora). *La Guerra de Cuba desde el Río de la Plata*. In *Cuartas Jornadas de Historia*; ROBLES MUÑOZ, Cristóbal. *1898: diplomacia y opinión*.

² Conf. FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo*; JÚNIOR, José Rodrigues Máo. *A Revolução Cubana e a Questão Nacional (1868 - 1963)*; BANDEIRA, Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*.

³ Conf. CAPELATO, Maria Helena. “A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e Hispano-América”.

⁴ CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega. 1980, p. 19.

⁵ Ibidem, p. 28.

⁶ ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. In *Projeto História* nº. 4. PUC. São Paulo. 1981, p. 89.

⁷ Idem.

⁸ CAPELATO; PRADO, Op. Cit., p. XIX.

⁹ FRAGINALS, Manoel Moreno. *Cuba-Espanha-Cuba: uma história comum*. Bauru: EDUSC, 2005, p. 339.

¹⁰ *O Estado de S. Paulo*. “Cuba”. 22/07/1895. p.01

¹¹ *O Estado de S. Paulo*. “Os Estados Unidos”, 21/12/1895, p.01.

¹² *O Estado de S. Paulo*, “Telegrammas”, 20/10/1895, p.01.

¹³ BUENO, Clodoaldo. *A República e sua política exterior (1889 a 1902)*. São Paulo: Editora UNESP, 1995, p.150.

¹⁴ *O Estado de S. Paulo*. “Os Nossos Telegrammas”, 05/11/1895, p.01.

¹⁵ *O Estado de S. Paulo*. “Pró-Cuba”. 16/11/1895. p.03

¹⁶ CHARTIER apud MOREL, 2005, p. 202.

¹⁷ *O Estado de S. Paulo*, “Os Nossos Telegrammas”, 09/01/1896, p.01.

¹⁸ *O Estado de S. Paulo*, “Os Nossos Telegrammas”, 02/02/1896, p.01.

¹⁹ Entre as principais mudanças podemos citar a implementação do sufrágio universal; a formação de um parlamento local dividido em duas câmaras, a primeira seria eleita de forma livre e com mandatos de cinco anos, já a segunda seria, em parte, designada pelo capitão geral da ilha; criação de poderes locais que seriam ocupados por cubanos, excetuando-se as questões de ordem pública e dos assuntos estrangeiros. Basicamente as reformas reproduziam uma versão da Constituição espanhola de 1876. Conf. THOMAS, Hugh. *Cuba: la lucha por la libertad 1762-1970*. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1973, p. 462.

²⁰ *O Estado de S. Paulo*, “Os Nossos Telegrammas”, 29/01/1898, p.01.

²¹ *O Estado de S. Paulo*, “Os Nossos Telegrammas”, 25/02/1898, p.01

²² SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão*. Bauru: EDUSC, 1998. p. 151.

²³ GOTT, Richard. *Cuba: Uma nova História*. Londres: Yale University Press. 2004. Edição brasileira. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2006, p.119

²⁴ *O Estado de S. Paulo*, “Os Nossos Telegrammas”, 06/03/1898, p. 01.

²⁵ *O Estado de S. Paulo*, “Os Nossos Telegrammas”, 25/02/1898, p. 01.

²⁶ GOTT, Op. Cit., p.123

²⁷ *O Estado de S. Paulo*, “Os Nossos Telegrammas”, 24/04/1898, p.01.

²⁸ Além de enfrentar um movimento separatista em Cuba, a metrópole espanhola buscava controlar outro movimento pró-independência nas Filipinas.

²⁹ *O Estado de S. Paulo*, “Os Nossos Telegrammas”, 10/09/1898, p. 01.

³⁰ MARTÍ, José. *Nossa América: Antologia*. São Paulo: Editora Hucitec. 1980. p. 170

³¹ *O Estado de S. Paulo*, “Os Nossos Telegrammas”, 26/09/1898, p.01.

³² *O Estado de S. Paulo*, “Os Nossos Telegrammas”, 04/12/1898, p. 01.

Referências bibliográficas

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

BUENO, Clodoaldo. *A República e sua política exterior (1889 a 1902)*. São Paulo: Editora UNESP. 1995

CAPELATO, Maria Helena. A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e Hispano-América. In *Revista de História. USP. nº 22*. São Paulo: 2003.

CAPELATO, Maria Helena e PRADO; Maria Lígia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega. 1980.

ELORZA, Antonio e HERNÁNDEZ, Elena. *La Guerra de Cuba (1895-1898)*. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FRAGINALS, Manoel Moreno. *Cuba-Espanha-Cuba: uma história comum*. Bauru: EDUSC. 2005.

GOTT, Richard. *Cuba: Uma nova História*. Londres: Yale University Press. 2004. Edição brasileira. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2006.

MAO JUNIOR, José Rodrigues. *A Revolução Cubana e a questão nacional (1868-1963)*. São Paulo: Editora do autor, 2007.

MARTÍ, José. *Nossa América: antologia*. São Paulo: Coleção Nossa América. Editora Hucitec. 1980.

MENDOZA, Celina A. Lértora (organizadora). *La Guerra de Cuba desde el Río de la Plata*. In *Cuartas Jornadas de Historia*. Buenos Aires: Ediciones FEPAI. 1998.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

ROBLES MUÑOZ, Cristóbal. *1898: diplomacia y opinión*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1991.

SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão*, Bauru: Edusc, 1998.

THOMAS, Hugh. *Cuba: la lucha por la libertad 1762-1970*. Barcelona: Ediciones Grijalbo. 1973.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. In *Projeto História* nº. 4. PUC. São Paulo. 1981.